

O espaço urbano no contexto colonial: o caso de Luanda*

Fernando Augusto Albuquerque Mourão¹

Resumo: No plano universal nosso estudo pode caracterizar-se como um estudo e discussão da utilização do urbanismo como elemento caracterizador de uma estrutura de poder em termos da evolução do processo histórico na perspectiva da inserção do país colonizador no plano internacional, segundo cada época, levando-se em conta as variáveis classe e origem africana e europeia dos moradores. O sentido do processo, ou sentido da urbanização surge preferencialmente entre um corte e outro ao longo do tempo, mostrando as inserções no plano externo e no plano interno. Essa relação reflete normalmente uma visão do ‘nós’ e do ‘outro’. Na tentativa de evitar uma análise da sociedade luandense a partir das idéias centrais do que se aceita normalmente como linhas do processo colonial português um conjunto de idéias-força ligadas a uma concepção de cunho ideológico –, optamos pela realização de uma pesquisa visando surpreender o sentido de um período de transição entre dois momentos do processo colonial: o fim do tráfico da escravatura, no final da primeira metade do século XIX, e a inserção da colônia no processo capitalista internacional, na segunda metade do século XX. A análise demográfica é utilizada para uma melhor caracterização ou do espaço global de Angola e, num segundo momento, do de Luanda, possibilitando também verificar a importância do aglomerado urbano luandense no contexto da colônia, aspecto que sofre alterações ao longo do tempo. A distribuição espacial da população segundo os grupos somáticos, quer em relação ao espaço de Angola, quer em relação ao espaço urbano da colônia, revela pontos da máxima importância para a compreensão do processo colonial.

Palavras-chave: Angola, espaço urbano, sociedade angolana (Luanda), processo colonial, demografia.

* Trabalho originalmente apresentado no Colóquio *Cacheu, Cidade Antiga*. Cacheu, Bissau, 22/11/88.

¹ Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

Como contribuição ao Colóquio “Cacheu, Cidade Antiga”, evento inserido no IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu, optamos por apresentar algumas reflexões sobre a importância e o papel, em termos de uma leitura urbana do poder, em torno da cidade de Luanda que, há mais de quinze anos, tem sido objeto de nossa atenção sistemática em termos de pesquisa.

Os elementos cartográficos e da iconografia que conhecemos com relação às cidades da Guiné-Bissau² são suficientes para nos permitir utilizar toda uma série de reflexões organizadas em torno da preparação de um projeto de pesquisa relacionado com a cidade de Luanda.³ Embora se trate de projetos urbanos distintos na sua concepção e nos seus fins, constatamos uma série de elementos comuns pertinentes à situação colonial e que, no mínimo, permitem lançar algumas hipóteses centrais em relação ao espaço urbano colonial da Guiné-Bissau.

O sítio de Cacheu é composto pelo conjunto do forte e uma povoação dividida em dois bairros de “*Vila-fria, e Vila-quente: o primeiro onde sempre habitaram os Brancos, e as pessoas principais, é uma comprida rua ao longo do Rio, da largura de 40 palmos começando a Oeste no portão da Casa-forte, morada do governador, e acabando a Leste nas ruínas do antigo colégio dos Capuchos, com várias travessas, que dão comunicação para o bairro de Vila-quente, o qual corre por detrás deste até à estacada, e tendo sido outrora o bairro dos Grumetes, ou Christãos negros, não é senão um labirinto de casas de barro cobertas de palha, desalinhadas e feias, ainda que algumas delas sejam caiadas com cal de ostra (...)*” (LIMA, 1844: 93).

² LIMA, José Joaquim Lopes de. *Ensaio de statistica das possessões portuguezas da África occidental e oriental; na Ásia Ocidental, na China e na Oceania*. Livro I, Parte II, Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 90-98.

VALDEZ, Francisco Travassos. *África occidental*. Notícias e considerações. Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

SILVEIRA, Luiz. *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar*. Vol. II: África Ocidental e África Oriental. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, s.d., p. 145-151.

IICT/AHU. *Catálogo da Exposição Cartográfica, Iconográfica e Documental sobre a Guiné-Bissau 1988*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Arquivo Histórico Ultramarino, 1988. 11 p.

³ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. São Paulo, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988. 744 p. (tese de Livre-Docência).

Uma série de elementos comuns pode ser registrada: habitações e edificações próprias da administração da Coroa, tanto no que toca a assuntos Fazendários, como à Defesa, isto é, o Poder da Coroa; Igreja e Colégio, o Poder Religioso; casas comerciais, a função da burguesia a par de uma política comercial centralista por vezes; áreas de habitação para os colonos/comerciantes e áreas específicas para os africanos, estes, segundo especificações pertinentes a cada espaço.

Como construir um modelo de explicação do processo urbano colonial? Começando por não se pretender construir um modelo e sim para além de uma linha comum relacionada com as origens do urbanismo de raiz portuguesa, encontrar as variáveis específicas a cada caso, dentro de um dado período, ou seja, recorrendo a cortes diacrônicos e sincrônicos. No plano da inserção de Portugal no mundo internacional temos que detectar as formas e as relações privilegiadas em cada período; no plano da relação da metrópole com a colônia temos que surpreender as principais linhas do processo colonial em face a cada período e, em relação à colônia, temos de caracterizá-la em suas características econômicas, sociais e históricas. No plano da colônia, propriamente dita, temos que caracterizar com precisão as relações entre a variável racial e social, quer no plano das relações com a sociedade dominante, quer no plano das relações com a sociedade urbana local e com a sociedade africana tradicional. No plano universal nosso estudo pode caracterizar-se como um estudo e discussão da utilização do urbanismo como elemento caracterizador de uma estrutura de poder em termos da evolução do processo histórico na perspectiva da inserção do país colonizador no plano internacional, segundo cada época, levando-se em conta as variáveis classe e origem africana e europeia dos moradores. O sentido do processo, ou sentido da urbanização surge preferencialmente entre um corte e outro ao longo do tempo, mostrando as inserções no plano externo e no plano interno.

Embora o caso de Luanda seja muito diferente do de Cacheu, um sítio urbano, uma das feitorias do litoral da região, relacionado com a retro-terra através do rio, de certo modo uma 'estrada comercial', acredito que uma discussão em torno dos principais eixos explicativos e caracterizadores do fenómeno urbano de Luanda possa ser levada em conta como uma contribuição na perspectiva de um processo colonial possível na dependência de uma economia e de uma diplomacia do possível.

O continente africano surge na leitura de inúmeras obras, no âmbito das Ciências Humanas, sob os mais variados aspectos; ora de forma parcelada, delimitado no tempo e no espaço, ora através de uma abordagem globalizadora de natureza ideológica, configurando leituras que favorecem uma visão linear em função do tempo colonial e em função do período pós-colonial. Em relação ao período colonial, a literatura assenta-se em duas vertentes: uma, de natureza universal; outra, centrada na idéia do pacto colonial, quando as colônias surgem de forma mais objetiva em função dos interesses realistas das metrópoles. A literatura em língua portuguesa, que abrange as duas vertentes, principalmente a segunda, introduz ainda a noção de uma especificidade própria do processo colonial português face ao processo colonial inglês e, de certo modo, ao francês, tornando a leitura ainda mais ambígua.

Na perspectiva temporal do nosso objeto de pesquisa, o continente africano surge através de obras geográficas, de ciências naturais, etnológicas, históricas e, finalmente, políticos, a par de documentação de natureza econômica, menos conhecida, mas extremamente rica. Boa parte destas obras cobre preferencialmente períodos delimitados. Quando se trata de uma literatura pertinente à legitimidade do processo colonial, ela tende, por um lado, a apresentar a sociedade africana como um todo e, por outro, as idéias pertinentes a cada momento do colonialismo.

A literatura pós-colonial, restrita, manifesta certa tendência em analisar o processo colonial numa perspectiva de grandes modelos interpretativos, onde o continente africano transparece como uma unidade espacial, não desenvolvida.

Em função de grandes períodos, a literatura mostra momentos sucessivos dessa relação unilateral por excelência: no período colonial, a cristianização e a civilização; no período pós-colonial, a cooperação. Essa relação reflete normalmente uma visão do 'nós' e do 'outro'.

Este trabalho, inserido numa pesquisa mais ampla, está delimitado a uma análise a partir de uma leitura do 'nós', tendo em vista que a periodização obedeceu a parâmetros da historiografia europeia e portuguesa e não da História de África, além de que o material analisado, com exceção de histórias de vida e entrevistas seletivas de moradores de Luanda, representa o ponto de vista europeu. Os documentos de autores africanos, que utilizamos referem-se ao período posterior à segunda metade do século XIX.

O sítio urbano surge na nossa concepção como espaço físico, onde se configuram situações de natureza social, econômica e cultural. Surpreendidas ao longo do processo histórico, elas permitem uma certa interpretação do fato colonial que, do ponto de vista metodológico, analisaremos através de uma abordagem sociológica e na perspectiva da inserção de Portugal na cena das relações internacionais.

Tratando-se de um espaço, por um lado, politicamente dependente e, por outro, na perspectiva do colonizador, culturalmente dependente (pelo menos na aparência), cabe analisar o fato colonial ao nível da inserção dos objetivos da metrópole e dos colonizadores. Aliás, estes objetivos nem sempre coincidem. A inserção do país colonizador no concerto internacional, dependendo da época em que ocorre, é igualmente importante para surpreender o sentido das manifestações do processo colonial.

Na tentativa de evitar uma análise da sociedade luandense a partir das idéias centrais do que se aceita normalmente como linhas do processo colonial português um conjunto de idéias-força ligadas a uma concepção de cunho ideológico –, optamos pela realização de uma pesquisa visando surpreender o sentido de um período de transição entre dois momentos do processo colonial: o fim do tráfico da escravatura, no final da primeira metade do século XIX, e a inserção da colônia no processo capitalista internacional, na segunda metade do século XX. Numerosos fatores possibilitam a apreensão do sentido da estrutura social luandense nesse período de transição: a observação da memória social de um grupo de entrevistados constituído por descendentes das chamadas famílias tradicionais e de famílias sem maior tradição social-urbana; entrevistas e histórias de vida com referências às experiências paternas e aos anos de juventude dos entrevistados. O nosso estudo, que visa reconstituir pontos centrais da organização social nos anos finais desse período intermediário, que atinge aproximadamente os anos trinta do nosso século, enseja o estabelecimento de um parâmetro sociocultural e a localização precisa desse segmento social da população africana de Luanda no contexto da sociedade global.

Do ponto de vista metodológico, para a construção das histórias de vida e do roteiro das entrevistas, utilizamos um quadro de referências retirado dos trabalhos de Maurice Halbwachs, relativo ao conceito de memória coletiva. As referências possibilitam uma reconstituição mais elaborada do período que corresponde ao tempo de vida dos pais dos entrevistados que, em sua maioria,

por ocasião das entrevistas, situavam-se numa faixa etária média de 70 anos. Paralelamente, surpreendemos a opinião dos entrevistados em relação a vários pontos hoje já fixados na literatura, tendo o cuidado de estabelecer uma comparação das respostas segundo a religião deles. Ser católico, ou protestante, no contexto de Luanda, representa diferenças fundamentais, quer do ponto de vista das opiniões, quer, principalmente, do ponto de vista social, pois esses dois grupos têm origens diferentes e experiências diversificadas. O mesmo procedimento foi seguido em termos de dividirmos os nossos entrevistados segundo outro critério de origem: descendentes de famílias tradicionais, ou não, e, dentro desses grupos, uma separação segundo a experiência profissional dos entrevistados e aquela dos pais. Estes procedimentos são fundamentais, pois permitem melhor entendimento do universo dos vários grupos tradicionais de Luanda. Possivelmente em decorrência de uma imagem transmitida pela literatura, que teve o mérito de chamar a atenção para a existência desses segmentos sociais e da sua prática de vida, estes aparecem tratados como um todo. A citada imagem leva ainda a confundir os dois segmentos que compunham essa população: a chamada elite 'negra', ou africana, e a classe média africana.

O segmento social, integrado pelo que comumente se designa por famílias africanas tradicionais de Luanda, atinge uma expressividade social nesse período intermediário e reflete uma descontinuidade. Deixa transparecer a apropriação de um direito de cidadania e conseqüente criação de um espaço sociocultural específico em termos regionais e nacionais, dentro de uma continuidade característica do processo colonial português: a constante adequação às possibilidades da metrópole, quer no plano interno, quer no externo, mediada por um aliado secular – a Inglaterra. A descontinuidade registrada no plano colonial surge quando da passagem de uma economia com base no tráfico de escravos para uma economia com base no comércio em geral; ocorre através de um processo paulatino e não abrupto, como normalmente se avalia que seja, e coincide com o prosseguimento de um relativo isolamento da colônia face à metrópole e com a fase da política liberal, na metrópole. Os legisladores liberais, que exprimem uma época em que o conceito de ser humano revela o avanço da ilustração como meta e em que se acredita que a ciência libertaria em definitivo o homem, estendem às colônias o conceito de cidadania. A promulgação de uma série de textos legais, desde as leis que proíbem o tráfico e limitam paulatinamente a figura da escravatura, ao texto da Carta Constitucio-

nal, que estende a cidadania aos africanos, essas leis coincidem com a entrada em Luanda de grandes contingentes populacionais ‘mestiços’ e ‘negros’, anteriormente localizados no perímetro de influência do núcleo urbano e integrados a práticas comerciais relacionadas direta ou indiretamente com o tráfico. Com o término do tráfico, aumentam a população ‘mestiça’ e a população ‘negra’ da capital da colônia, com reflexos na construção civil. Registra-se uma diminuição da população ‘branca’, embora do ponto de vista estrutural esta passe a um maior equilíbrio com a presença de grande número de mulheres ‘brancas’, o que vale dizer, com o estabelecimento de famílias ‘brancas’, quando da passagem de uma economia centrada no tráfico de escravos para uma economia centrada no comércio geral. A população africana, principalmente os integrantes das chamadas famílias tradicionais, passa a ter acesso ao ensino, surgindo uma classe média ligada à burocracia da administração civil e mesmo militar, a par de uma elite cultural.

A elite aristocrática, que detinha o poder formal e que, em parte, refletia as idéias centrais do espírito de ilustração do século XIX, é ultrapassada por segmentos da burguesia do Porto (ligada à Inglaterra) e da burguesia de Lisboa (influenciada pela França). Em decorrência de substanciais mudanças de atitudes, como resultado do *ultimatum* dirigido pela Inglaterra a Portugal no final do século passado, emergiu um sentimento patriótico que veio a influenciar a mentalidade e a política portuguesas a partir dessa data, a par do início do estabelecimento de correntes migratórias ‘brancas’ para as colônias. Na medida em que tudo isso acontece, interrompe-se esse período da colonização, os africanos sofrem um *capitis deminutio*, passando à categoria de indígenas.

Uma vez que não dispúnhamos de elementos seguros que nos permitissem atingir uma configuração mais precisa da composição social e das idéias centrais de cada um dos segmentos segundo os grupos somáticos e, dentro destes, dos grupos segundo uma certa diferenciação social referida ao quadro econômico e social de Luanda, achamos por bem reconstituir o quadro demográfico, o quadro social e o quadro de idéias. Correlacionamos estes quadros com aqueles da sociedade, com a economia e com o quadro das idéias centrais dos segmentos populacionais da metrópole que participaram de forma mais direta no processo colonial. Nesta reconstituição, já em nível de correlação, percebemos que certas posturas escapam a este quadro, para além de uma

ambigüidade que perpassa todo o processo colonial português – aliás, uma de suas características mais marcantes – e para além das diferenças esperadas entre os desencontros, no tempo, dos interesses da metrópole com o dos chamados colonizadores e, como é óbvio, com o dos colonizados. O recurso a um tipo de análise da sociedade metropolitana numa época histórica de transição social, em pleno regime monárquico, permite compreender que, entre os segmentos sociais envolvidos no processo colonial, a posição social dos atores é de fundamental importância. De um lado, temos os interesses da nação colonizadora, quando os quadros ligados à autoridade estão ainda nas mãos de uma elite aristocrática, num período que se convencionou chamar de liberal. Por outro lado, o quadro do poder reflete as mudanças e a mobilidade social que caracterizam a época; registra a importância dos interesses de uma burguesia que, por sua vez, está dividida em dois grupos principais: a burguesia da cidade do Porto, ligada à Inglaterra, e a burguesia de Lisboa, com interesses diversos e, em termos de referência, aproximando-se de um quadro de influências ao qual a França não é estranha.

O recurso ao quadro teórico, aproveitado da já clássica divisão de Ralf Dahrendorf entre autoridade e poder, é de importância central, pois permite obter um quadro de referências mais claro. Os valores, sua origem e sua prática são de fundamental importância no plano colonial, quer como concepção, quer como prática, atinentes à elite e aos dois segmentos da burguesia metropolitana. Certas idéias centrais do pensamento moderno da época são já do conhecimento de uma parte da elite tradicional metropolitana que os incorpora à concepção e à legislação do sistema do ordenamento jurídico nacional, incluindo o espaço colonial, através do exercício da autoridade. Uma boa parte dessa elite encontra-se caracterizada por relativa decadência econômica, sendo que os seus alvos, como universo de vida, passam pelos valores pertinentes às idéias centrais do espírito de ilustração do século XIX. Isso permite a introdução de uma visão universalista do espírito de ilustração no processo colonial que se choca com os interesses dos dois segmentos da burguesia nacional. Esta constatação leva-nos, pois, à necessidade de passarmos a relacionar o quadro econômico, social e das idéias da metrópole com o quadro internacional da época, comparando as mesmas variáveis e analisando o sistema de inserções no plano das relações internacionais. Por este recurso de natureza metodológica, temos condições de analisar separadamente, e em conjunto, as relações no

plano do mundo econômico, social e das idéias, quer na ordem geral, quer em função do quadro específico das relações internacionais da época.

Esta análise permite ainda levantar hipóteses muito interessantes. Uma certa ambigüidade que, como já afirmamos, é patente ao longo de todo o processo colonial, provém, acreditamos, de uma conjugação de fatores. Eles estão relacionados a uma velha política do sigilo que perpassa todo o período das chamadas descobertas e as fases posteriores ao processo colonial. A inserção da metrópole no mundo econômico das várias épocas históricas – no início, refletindo os interesses da Santa Sé, e, posteriormente, a capacidade demográfica, econômica e o quadro social da metrópole – explica até certo ponto a emergência de práticas econômicas que se situam entre os grandes modelos de cada época e os interesses específicos da metrópole; isto é, a prática de uma certa economia do possível face às reais condições metropolitanas como reflexo da manutenção de um quadro social específico. Estas circunstâncias, normalmente muito pouco claras – o sigilo, a falta de clareza e a ambigüidade – fazem parte de uma estratégia de sobrevivência, quer no plano externo, quer no interno. Neste último, no contexto social, os interesses de certas camadas são fundamentais para nos apercebermos do sentido dos valores e de certas práticas ao longo do processo colonial. A tradicional e secular aliança entre a metrópole e a Inglaterra é de fundamental importância para o funcionamento deste quadro de referências, que envolve a ordem social, econômica e política. Os erros de estratégia cometidos pela diplomacia portuguesa (que pode ser definida como de excelente qualidade) nas últimas décadas do século XIX culminam com o episódio da Conferência de Berlim, em que a metrópole, ao invés de prosseguir num jogo de interesses que teria realmente um preço alto para o parceiro mais fraco, abandona o jogo das relações tradicionais. Para tanto, contava com certo apoio do aliado secular, a Inglaterra, que percebia uma parte substantiva dos resultados para passar a expor-se de forma mais isolada perante o concerto das nações da época, não tirando maior proveito das fissuras do sistema internacional e das divergências de interesses.

Na conjugação dos fatores sociais, econômicos e políticos – quer de política interna, quer da política externa – vamos encontrar hipóteses explicativas com reflexos no plano das doutrinas coloniais utilizadas e no plano do espaço colonial.

Através das fissuras encontradas ao longo dos aspectos mais pertinentes do processo colonial, a continuidade de um modelo que apresenta configura-

ções diferentes depende das discontinuidades e das fases de isolamento nas relações entre a colônia e a metrópole. Nesse mecanismo surpreendemos o sentido ou sentidos do processo colonial manifestado ou manifestados nas formulações da organização social e do espaço físico.

O interesse por Luanda, como objeto de análise, resulta de vários fatores conjugados: a imagem proveniente do fato literário, que reflete um espaço cultural específico; a cultura popular luandense; as formas de organização da população; a organização do espaço físico; o desenvolvimento de uma cultura política de cunho nacionalista; e ainda, a apreensão, entre moradores, da valorização de um passado, legenda de resistência à situação colonial. A partir da cultura africana e da cultura europeia, deparamo-nos com várias formulações: com formulações de uma cultura de síntese; com formulações em que a norma culta em língua portuguesa é utilizada no início do século XX como forma de resistência cultural ao processo colonial; com formulações em que o recurso às línguas nacionais, mais tarde, e repetindo uma experiência política e estética das últimas décadas do século XIX, é retomado e surge igualmente como a forma de resistência ao sistema colonial; com formulações culturais construídas à semelhança dos valores trazidos pelos colonizadores; com formulações culturais desencadeadas pelo aparelho político do principal movimento de libertação nacional, o Movimento Popular de Libertação de Angola, formulações estas utilizadas como instrumento de luta política.

Deparamo-nos com vários tempos: um tempo configurado pelo esmagamento da cultura tradicional, simbolizando de certo modo uma noção de angolanidade; um tempo que aparenta localizasse entre os finais do século passado e as primeiras décadas do século atual; um tempo, de certo modo, mítico, de acordo com uma leitura de cunho mais impressionista e mal localizado em termos de sucessão de datas; um tempo ambigualmente colocado entre história e busca; um tempo ideológico.

Deparamo-nos com vários espaços: um espaço europeu; um espaço africano; vários espaços africanos; e um espaço misto, englobado num espaço urbano, onde se detecta um processo transétnico ao nível dos vários grupos africanos, um processo transcultural ao nível dos grupos somáticos presentes e não só, transcultural ao nível da região, transcultural como símbolo de uma resistência nacional à imposição de formulações culturais europeias nas últimas décadas do processo colonial. Nas leituras africanas e nacionalistas, o musseque

– o local de morada e de lazer do mundo africano luandense – é apropriado em função de um tempo, misto entre um tempo passado e um tempo mítico. Nas leituras euro-africanas, no sentido de uma população ‘branca’, embora já não ‘branca’ biologicamente, o musseque é apropriado no sentido de angolidade que, embora europeizada, distingue-se dos espaços culturais metropolitanos. Nas leituras coloniais, os musseques surgem, a exemplo de outros espaços, como um espaço a ser apropriado cultural e socialmente.

No plano da população, deparamo-nos com ‘brancos’, ‘negros’ e ‘mestiços’, segundo as mais variadas composições: europeus, africanos, euro-africanos e ainda segundo uma perspectiva angolana. A população europeia apresenta-se dividida segundo várias classificações, como, por exemplo, a clássica divisão segundo o local de nascimento – metrópole ou colônia.

Todas estas particularidades, culturais, espaciais, temporais, populacionais são apropriadas com sentidos diferentes, quando feitas por uma leitura africana, nacionalista, ou através de uma leitura europeia e denotando, quer ao nível das leituras dos africanos, quer ao nível das leituras europeias, sinais diferentes e particularidades.

A familiaridade com as formas de abordagem sociológica em relação à organização social e o entendimento da sociologia enquanto processo, permitem-nos construir um modelo de análise. Através dele será possível aproximar-se da realidade, das leituras das várias ‘concretudes’ no tempo e no espaço e assim captar o sentido, ou sentidos, do processo colonial.

Para melhor delimitarmos o objeto de nossa pesquisa o processo colonial – e apreendermos suas dinâmicas sociais, optamos por enquadrar e trabalhar os vários segmentos populacionais, quer no seu aspecto somático, quer nas suas formulações sociais, num espaço dado: Luanda. Correlacionamos sistematicamente os segmentos: somáticos, sociais, com o espaço, de acordo com os vários tempos históricos. Do ponto de vista espacial, em que o espaço reflete um processo⁴ surpreendemos vários momentos. Em alguns deles o espaço reflete formulações do mundo do colonizador e de suas relações com outros espa-

⁴ “Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam em *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão (...)”. SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979, p. 15.

ços maiores, aos quais se encontra associado; espaços que refletem formulações do mundo dos colonos, principalmente em momentos em que os interesses destes nem sempre reproduzem aqueles do país colonizador; e, finalmente, espaços que retratam formulação do mundo africano, quer da resistência, quer de espaços mistos, reflexo de um encaminhamento para uma relativa fusão cultural.

Do ponto de vista espacial, tanto do ponto de vista do urbanismo, quanto do ponto de vista do *habitat*, esforçamo-nos por encontrar sinais de relacionamento nas aproximações e nas rupturas entre o espaço europeu e o espaço metropolitano e o espaço africano, no núcleo urbano e nas relações com a retro-terra. O tratamento do espaço, como parâmetro, constitui-se numa estratégia fundamental, partindo-se do princípio de que, numa situação colonial, o espaço espelha a ordenação do racial (ou seja, de suas diferenciações) e a ordenação do social; e, em certas épocas, mais do que em outras, as correlações entre raça e classe. A divisão de Luanda em ‘cidade alta’ e ‘cidade baixa’; em áreas de transição e de expansão, do ponto de vista do urbanismo; as mutações semânticas que os espaços africanos sofreram ao longo do tempo englobado no nosso processo de análise, tudo isso reflete um esquema de poder social, no primeiro caso, e também as respostas da nação colonizadora e dos colonizadores à especificidade e à resistência dos africanos instalados numa situação urbana traçada pelos europeus. O registro das continuidades e das descontinuidades, em termos do espaço, é igualmente fundamental para uma melhor leitura.

A análise demográfica, instrumento auxiliar da maior importância, em vários momentos concorre para o preenchimento de hiatos na documentação e mesmo na formulação de hipóteses orientadoras. A análise demográfica é utilizada para uma melhor caracterização ou do espaço global de Angola e, num segundo momento, do de Luanda, possibilitando também verificar a importância do aglomerado urbano luandense no contexto da colônia, aspecto que sofre alterações ao longo do tempo, mas nunca perde importância. A distribuição espacial da população segundo os grupos somáticos, quer em relação ao espaço de Angola, quer em relação ao espaço urbano da colônia, revela pontos da máxima importância para a compreensão do processo colonial. Luanda é tida como uma cidade mestiça. Ocorre que, o percentual de população ‘mestiça’ na capital da colônia variou no tempo: os ‘mestiços’, frutos de uniões mistas, apare-

cem inicialmente mais na retro-terra, nas rotas comerciais entre o litoral e o interior, como elementos de ligação entre dois espaços, entre duas economias. Só tardiamente, quando da ruptura do comércio com base no tráfico de escravos, é que Luanda passa a caracterizar-se como uma cidade de ‘mestiços’. Esta constatação, a par de muitas outras, decorre diretamente dos resultados das análises demográficas, o que demonstra a importância da utilização deste método. O recurso à demografia histórica, a par da utilização de documentação cartorial, é igualmente da maior importância, pois permite surpreender uma prática colonial muito significativa: a resistência ao reconhecimento dos filhos ‘mestiços’ por parte dos ‘brancos’. Muitas vezes, o pai ‘branco’ patrocina meios de instrução para o filho ‘mestiço’, por vezes uma instrução formal superior àquela que recebiam alguns dos filhos ‘brancos’ da segunda união, ou primeiro casamento legal. No entanto, por não serem registrados, não podiam se apresentar como herdeiros da casa comercial, o centro da vida econômica da época.

Os hiatos da documentação e o viés ideológico das leituras dos principais textos que tratam do fato colonial podem ainda ser preenchidos pelo recurso aos textos jurídicos. Instrumento auxiliar da maior valia, num contexto em que o Direito Administrativo conta com uma tradição rica, os textos jurídicos espelham não só os vários ordenamentos jurídicos, mas igualmente uma situação configurada pelo poder central. Uma leitura histórica e social do *corpus* da ordenação jurídica – possível através dos ensinamentos apreendidos com nossos antigos mestres, entre os quais Orlando de Carvalho, personalidade inesquecível para várias gerações que passaram pela Universidade de Coimbra – possibilitou a utilização dos vários ordenamentos jurídicos não só para completar os hiatos da documentação, mas ainda como instrumento de análise do processo.

Embora tenhamos elegido o século XIX como data inicial deste estudo, que se estende até o momento da independência nacional de Angola, na medida em que pretendemos observar e encontrar explicação para as continuidades e descontinuidades do processo colonial a partir de Luanda, como unidade de análise, passaremos a incluir no corpo do trabalho os períodos anteriores, desde a fundação da capital da colônia. Esta postura vai permitir encontrar uma relação de continuidade entre o período do tráfico e aquele subsequente, centrado na prática de um comércio geral entre o litoral e o interior. Este comércio possibilita o amadurecimento de uma vida urbana própria em Luanda a partir

da segunda metade do século XIX, ao invés, simplesmente, de uma ruptura. Numa fase bem anterior, a da construção da ‘cidade alta’ luandense, o estudo a que procedemos e a leitura de trabalhos – como o de Heitor Gomes Teixeira – ensejam o levantamento de algumas hipóteses da maior importância. Luanda surge como um núcleo defensivo em relação ao mar e à retro-terra; um centro do poder simbolizado pelo palácio do governador, pelas instalações da administração civil e fazendária, pelos quartéis; um centro do poder cristão, simbolizado pela construção de conventos ligados a quatro ordens religiosas, por numerosas igrejas e ermidas (estas, aliás, com uma dupla função: religiosa e militar). Se atentarmos ao custo da construção, aos problemas técnicos suscitados por ela, às necessidades imperiosas de mão-de-obra especializada e à importação de materiais, fica claro que a construção da ‘cidade alta’ luandense faz certamente parte de um plano de poder até hoje não devidamente estudado. Tal fato ocorre principalmente num período em que a metrópole passava por inúmeras dificuldades, até no que toca à sua sobrevivência como Estado, ou mesmo como nação, face à Espanha. Uma economia centrada na exportação de escravos não demandava a construção de um centro de poder do porte daquele que surgiu em Luanda; tanto assim, que, no período histórico que se seguiu ao da ‘cidade religiosa’, a Luanda-feitoria, assistimos à expansão da cidade burguesa descrita no estudo de José Carlos Venâncio, em detrimento da expansão da cidade-poder. Os estudos de Ilídio do Amaral – geógrafo com sólida formação histórica e humanista, que muito nos inspirou na análise dos dois espaços fundamentais, quando tratou das funções militares, administrativas ou comerciais – concorrem para imprimir ao nosso trabalho a direção que até certo ponto vimos tomando.

Se na perspectiva temporal, no plano da história, demos grande importância às continuidades e descontinuidades, do ponto de vista sociológico, retomamos em maior profundidade esse tipo de abordagem. Do ponto de vista histórico e político, consideramos que o processo colonial português, pelas suas características próprias de adaptabilidade às condições demográfico-econômicas e financeiras da metrópole, pode ser considerado como uma continuidade, reservando-se, no entanto, a expressão descontinuidade para os dois momentos fundamentais, mas diferentes no sentido e na densidade de cada um: a ‘cidade religiosa’ setecentista e o período da transição, a ‘cidade mestiça’, que vai da segunda metade do século XIX ao início do século XX, períodos com sinais diferentes.

Do ponto de vista sociológico, vamos dar especial atenção às descontinuidades, quer às de natureza quantitativa – as diferenças salariais, por exemplo, entre os trabalhadores provenientes de grupos somáticos diversos –, quer as de natureza qualitativa – a distribuição desigual dos papéis sociais em função, igualmente, da origem racial, linhas de clivagem que são patentes na própria distribuição espacial dos moradores.

“*Toute réalité suppose un compromis instable, variable, difficile à saisir, entre continuité et discontinuité*” (Gurvicht).⁵ Esta formulação afasta-se da visão de um processo a partir de dicotomias. Assenta numa noção de pluralismo, “*conçu comme une variable continue*” (KUPER, 1971: 637), a partir de algumas variáveis fundamentais: a demográfica, a cultural e a ideológica. A elas acrescento o urbanismo, no sentido do tratamento do espaço (Nestor Goulart) e do *habitat*, onde as dinâmicas sociais, surpreendidas de preferência nas fases de passagem das continuidades para as descontinuidades históricas, permitem que nos aproximemos do sentido dessas formulações sociais, enquanto processo (Balandier). As correlações entre as variáveis intervenientes no processo, segundo os vários planos sociais e níveis de profundidade variáveis, refletem a dupla casualidade, interna e externa (BASTIDE, 1956: 77-99), que se manifesta não só nas formulações da organização social, mas igualmente no desenho urbano e na história do *habitat*. O recurso constante ao desenho urbano e à evolução do *habitat*, a par da aplicação de várias técnicas demográficas ao estudo da população, quer como um todo, quer em função dos grupos somáticos e de sua distribuição espacial e social, permitem uma maior aproximação com a realidade social no tempo, apesar da falta de material documental I mais conclusivo. A necessidade da realização de uma pesquisa de campo no plano da organização social centra-se na necessidade de reconstituir em níveis mais aproximados da realidade a sociedade luandense em dois momentos: os últimos quartéis do século passado – as famílias tradicionais, a elite africana, a burguesia africana; o período posterior a 1950, em função das mudanças de natureza transétnica, transcultural e, principalmente, de natureza social (a prole-

⁵ “(...) elle accentue la continuité de passage entre les structures, la continuité de leurs débordements, la continuité de leurs ruptures mêmes, enfin la continuité des enchaînements irrépétables. A l’inverse, la sociologie accentue la discontinuité des types aussi bien que la discontinuité des structures et des phénomènes sociaux totaux, a l’intérieur de chaque échelle ainsi que dans les rapports de ces échelles”. GURVITCH, Georges. *Dialectique et sociologie*. Paris: Flammarion, 1962, p. 225.

tarização) que ocorreu nos musseques de Luanda. O recurso à memória coletiva (Halbwachs) como elemento de reconstituição da chamada ‘Luanda mestiça’, fundamental no aprofundamento da pesquisa, torna possível aclarar um ponto fundamental, quer no plano do conhecimento da sociedade luandense, quer mesmo no plano teórico. Essa reconstituição conduz não só a um melhor conhecimento das formas da organização social da época, como aos mecanismos transculturais que se deram. Segundo Bastide, a “*cause externe n’agit jamais qu’à une condition de passer par et le milieu interne, ici, c’est le moment présent*” (BASTIDE, 1956: 82). O uso de tempos diferentes dos verbos em nosso texto, em vários momentos, reflete uma disposição de enfatizar essa problemática. Contudo, esta metodologia, tanto pode ser desenvolvida no sentido que lhe emprestou Durkheim, assim como o próprio Halbwachs, de que causalidade reflete mais a causalidade interna; como, também, no sentido de dar à causalidade externa um papel semelhante. Do nosso ponto de vista, a memória coletiva, sem dúvida, extremamente importante, apresenta sentidos diferentes, em função dos momentos posteriores em que o sentido das dinâmicas sociais reflete mais as novas formulações sociais.

A apropriação de certas sínteses no plano transcultural, como qualificadoras de um processo colonial específico, induz a um viés quando realizada através de uma leitura ideologicamente linear, que não leva em atenção os vários tempos do processo social. Do ponto de vista da literatura européia, quando se trata das especificidades do processo colonial, ocorrem certas transposições que não são aceitáveis. Decorre daí que, mais recentemente, verificamos certos erros de interpretação quanto ao papel dos musseques; estes erros estão cristalizados numa imagem resultante de um processo específico, ao longo do tempo, em virtude de não levarem em conta a emergência do novo musseque, que reflete formas de organização resultantes da industrialização de Luanda e da inserção de Angola como um todo num espaço econômico maior. Por outro lado, quer o uso da norma culta portuguesa, quer o uso do kimbundo, como formas de resistência em momentos sucessivos, aproximam-se em nossa leitura, embora os sinais diferentes que emergem no plano transcultural reflitam formas de organização social de densidade desiguais.

Numa situação colonial, o fato de estarmos perante um quadro social em que as sociedades presentes são desiguais leva, contudo, em termos de análise, a uma série de diferenciações nos mais variados planos, embora a

escala de distribuição do poder segundo os grupos somáticos seja inversa à distribuição demográfica. O fato de termos partido de certos períodos configurados a partir dos ciclos econômicos, da variação demográfica e mesmo do estudo do reflexo de certos conceitos (como o de cidadania, por exemplo), tudo isso permite verificar que a densidade das relações a partir da noção de raça e classe variam no tempo. O quadro das relações de raça e classe, no período que elegemos como parâmetro da pesquisa, embora limitado ao espaço luandense, apresenta características profundamente diferentes em relação aos tempos, quer anteriores, quer posteriores.

Ao dar especial atenção aos períodos de transição, conseguimos compor um estudo mais elaborado acerca do papel representado por certas variáveis que, para alguns autores, surgem como definidoras de quadros sociais, quando são na verdade mais o resultado de um processo: é o caso, por exemplo, da educação formal, ou melhor, da instrução.⁶

Um elemento emerge como específico ao longo de todo o processo colonial: certa noção de angolanidade, fruto não só de um processo de sínteses transétnicas e transculturais, mas igualmente decorrente do papel dos espaços urbanos que sofrem várias intervenções graduais ao longo da história colonial.

Tal processo culmina com a ruptura provocada pela entrada maciça de colonos ‘brancos’ a partir dos anos cinqüenta do nosso século, passando a angolanidade a gerar-se e a resistir não só no espaço urbano tomado como um todo, mas especificamente no espaço dos musseques. Como resultado da independência, situação que este estudo não abrange, é natural que surja uma redefinição de espaços.

O urbano em situação colonial – como é o caso de Luanda, onde surge uma sociedade plural com características próprias – configura, em graus diversos e segundo os vários segmentos sociais, aspectos das mudanças e do que comumente se chama de modernização, em sentido amplo. Na medida em que

⁶ “(...) Alors, la lutte de classes, si elle est inéluctable, se placera sur son vrai terrain, c’est-à-dire sur le plan économique et social, car il est évident qu’avec le développement de l’enseignement la notion de classe basée sur l’instruction disparaîtra pour faire place à la notion de classe plus spécialement basée sur la situation économique et sociale. SECK, Assane. La formation d’une classe moyenne en Afrique Occidentale Française. In: Développement d’une classe moyenne dans les pays tropicaux et subtropicaux. Bruxelles, INCIDI (XXIXX Réunion do Institut International des Civilisations Différents, Londres, (13 à 16 de septembre de 1955).

isso aconteceu, orientou nosso trabalho em direção ao estudo do espaço urbano como unidade de referência do corpo da pesquisa.

Abstract: This paper must be characterized as a study and discussion of the use of the urbanization as an element that characterizes the structure of power in terms of the evolution of the historical process in the perspective of the country settler's insert in the international plan, second each time, taking into account some variables, as for example, the residents' origin: Africans and Europeans. The sense of the process, or the sense of the urbanization, appears preferentially among a cut and other along the time, showing the insertions in both plans: the external and the internal one. This relationship usually reflects a vision of the 'we' and of the 'other'. In the attempt of avoiding an analysis of the society of Luanda starting from the central ideas that are usually accepted as lines of the Portuguese colonial process – a group of ideas-force associated to a conception of ideological stamp –, we opted for the accomplishment of a research seeking to surprise the sense of a transition period among two moments of the colonial process: the end of the traffic of the slavery, at the end of the first half of the XIX century, and the insert of the colony in the international capitalist process, at the end of the second half of the XX century. The demographic analysis is used for a better characterization of the global space of Angola and, in a second moment, of Luanda, what makes possible to verify the importance of the agglomerate urban "Luandense" in the context of the colony, aspect that suffers changes along the time. The space distribution of the population according to the somatic groups, as in relation to the space of Angola, as in relation to the urban space of the colony, reveals points of greatest importance to the understanding of the colonial process.

Keywords: Angola, urban space, Angolan society (Luanda), colonial process, demography.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTIDE, Roger. La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris: PUF, 21(13): 77-99, juillet-décembre 1956.

KUPPER, Leo. Le changement d'ordre politique dans les sociétés pluralistes: problèmes posés par le pluralisme racial. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris: Unesco, vol. XXIII (4): 632-646, 1971.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: EDUSP e Pioneira, 1968.